



“Questão Social, Pandemia e Serviço Social: em defesa da vida e de uma educação emancipadora”

Eixo temático: Política Social e Serviço Social

Sub-eixo: Crise, trabalho e tendências contemporâneas das políticas sociais no capitalismo

A SIMBIOSE ENTRE ESTADO, CAPITAL FINANCEIRO E O COMPLEXO INDUSTRIAL-MILITAR: algumas aproximações

MAYEWE ELYÊNIA ALVES DOS SANTOS ¹
JULIANA MOREIRA DIAS ²
MARCOS BUENO PINHEIRO PEIXOTO ³
JOSEANE GOMES DE SALES ⁴
MARIA MAIARA DE ARAUJO RODRIGUES ⁴

RESUMO: A indústria bélica e o capital financeiro são uma das principais formas de enfrentamento às crises capitalistas, tendo o Estado como uma importante âncora de sustentação. Nesse sentido, o objetivo deste artigo é discutir – a partir de uma revisão de literatura - a simbiose entre o Estado, o capital financeiro e o complexo industrial-militar como estratégia contemporânea de enfrentamento à crise capitalista. Nessa relação, percebe-se uma funcionalidade dos gastos estatais com a indústria bélica para a valorização do capital financeirizado, consubstanciando-se num dos pilares da economia capitalista contemporânea.

PALAVRAS-CHAVE: Crise capitalista. Estado. Indústria bélica. Capital financeiro.

-
- 1 Professor com formação em Serviço Social. Instituto Federal De Ciência E Tecnologia Do Ceará
 - 2 Estudante de Pós-Graduação. Universidade Federal De Sergipe
 - 3 Estudante de Pós-Graduação. Universidade Federal Do Rio Grande Do Norte
 - 4 Profissional de Serviço Social. Universidade Federal Do Cariri
-

ABSTRACT: The war industry and financial capital are one of the main ways of facing capitalist crises, with the State as an important support anchor. In this sense, the objective of this article is to discuss - from a literature review - the symbiosis between the State, financial capital and the military-industrial complex as a contemporary strategy to face the capitalist crisis. In this relationship, one can see a functionality of state spending on the war industry for the valorization of financialized capital, consubstantiating itself in one of the pillars of the contemporary capitalist economy.

KEYWORDS: Capitalist crisis. State. War industry. Financial capital.

1 INTRODUÇÃO

A busca pelo conhecimento é uma tarefa hercúlea, pois envolve o desvendamento das múltiplas determinações que compõem o real. Nesse sentido, o presente estudo registra mais um esforço individual e coletivo na busca pela superação da aparência, que, ao mesmo tempo, esconde e revela a essência da conjuntura de enfrentamento à crise do capitalismo.

É consensualmente aceite na tradição teórica marxista que o modo de produção capitalista sobrevive de crises cíclicas. Apesar de haver dissidência quanto as suas causas e, especialmente, da condição da crise contemporânea, grande parte da

literatura dessa tradição compreende-a como uma crise estrutural, e que expressa a dificuldade de valorização do capital, a qual deve ser enfrentada. Entre os mais diversos mecanismos, destacam-se a indústria bélica e o capital financeiro, que têm no Estado uma importante âncora de sustentação.

Nesse sentido, buscamos, com este estudo, discutir a simbiose entre o Estado, o capital financeiro e o complexo industrial-militar como estratégia contemporânea de enfrentamento à crise capitalista. Para tanto, fizemos uso da revisão de literatura tendo como método de análise e exposição o crítico-dialético.

A exposição do artigo está estruturada em dois itens. No primeiro, discutimos os fundamentos do Estado no capitalismo monopolista e sua atuação frente ao processo de restauração do modo de produção capitalista. Já no segundo item, mostramos como o complexo industrial-militar, aliado às estratégias desse Estado, tem sido funcional ao processo de financeirização do capital, comportando-se como um dos pilares da economia capitalista contemporânea.

2 O ESTADO NO CAPITALISMO MONOPOLISTA E SUA IMPORTÂNCIA PARA O ENFRENTAMENTO DA CRISE DO CAPITAL

A necessidade de se discutir o papel do Estado é secular: de Maquiavel a Rousseau, essa categoria esteve no centro do debate político⁵, dadas às transformações sociais que emergiam. Mas é especialmente no bojo do capitalismo monopolista que essa categoria ganha contornos muito mais importantes, uma vez que nesse contexto atua como uma força motriz para o capital, saindo de uma condição de apoio esporádico para uma âncora de sustentação.

Nas proposições de Marx – contexto de emergência do capitalismo monopolista -, o Estado é concebido como uma categoria que se ergueu à base das contradições sociais: as forças produtivas e as relações sociais de produção, as quais consubstanciam o nível da infraestrutura da sociedade. Para ele, o Estado nasce com a divisão das classes sociais e dispõe de um núcleo, que o acompanha em

5 Esse debate tinha como centro a concepção do Estado como um “mediador civilizador”, cujo papel era controlar os desejos insaciáveis próprios de seu “estado de natureza”.

qualquer contexto histórico, que é a sua capacidade de se moldar às relações sociais estabelecidas como forma de manter o *status quo*.

Na análise da sociedade capitalista, Marx compreende o Estado como um “comitê executivo dos interesses em comum da burguesia” (MARX, 2003), ou seja, atua de forma a impor os interesses da classe dominante sobre as demais, uma vez que sua função precípua é conservar e reproduzir a divisão das classes sociais antagônicas, ainda que suas funções sejam ampliadas em contextos sociais específicos.

Essa concepção de Estado não é, de maneira alguma, determinista. Marx, inclusive, reconheceu o peso e a importância das lutas dos trabalhadores no sentido de impor limites à exploração pelo capital quando se referiu à luta pela regulação da jornada de trabalho na Inglaterra como resultado desse processo de luta, que é secular, tendo o Estado como um importante instrumento nessa limitação (MARX, 2013).

A concepção de Marx sobre o estado nos deu elementos insubstituíveis para pensar essa categoria e, a partir de análises conjunturais que não foram vivenciadas por ele, compreendê-la como um instrumento que também é passível de desempenhar funções para além dos interesses monopolistas, embora não se possa perder de vista sua funcionalidade à reprodução do capital. Exemplo disso são os direitos sociais, que, “nos marcos do Estado Social, é resultado de longo e secular conflito de classes, crivado por perspectivas revolucionárias e reformistas” (BOCHETTI, 2018, p. 137).

Segundo Coutinho (1992), Gramsci inovou essas descobertas essenciais de Marx, enriquecendo-as, ampliando-as e concretizando-as “no quadro de uma aceitação plena do materialismo histórico” (COUTINHO, 1992, p. 74). Essa inovação se deu, segundo o autor, numa relação dialética de conservação e renovação e não de uma simples continuidade, sendo expressa em sua teoria ampliada do Estado, que tem na política – no seu conceito de sociedade civil - seu ponto central.

Na teoria ampliada do Estado de Gramsci, esse é formado por duas esferas – autônomas, concretas e com *modus operandi* diferente -, quais sejam: sociedade política e sociedade civil. A primeira é o Estado estrito, aquele estudado por Marx, e que é constituído por mecanismos de coerção através dos quais a classe dominante legaliza, de forma monopólica, a repressão e a violência. Já a sociedade civil é

constituída por organizações políticas (aparelhos privados de hegemonia) que elaboram e difundem as ideologias (COUTINHO, 1992).

Nesse diapasão, a inovação de Gramsci em relação a Marx é exatamente a constatação da existência dessa sociedade civil, que atua, no âmbito do Estado, como uma mediação entre a estrutura econômica e o Estado-coerção ou sociedade política, a qual depende da autonomia de cada uma das esferas, que está diretamente relacionada com o grau de socialização da política e com a correlação de forças entre as classes sociais em disputa.

Essa concepção influenciou inúmeros autores contemporâneos, a exemplo de Nicos Poulantzas (1985), para o qual, o “estado apresenta uma ossatura material própria que não pode de maneira alguma ser reduzida à simples dominação política”, isso porque ele está presente no próprio processo de produção: tanto em sua formação quanto em sua reprodução. É, portanto, uma relação social, um complexo social, que não pode ser apenas “apropriado” pela classe dominante, “produzindo-o à sua maneira e à sua conveniência” (IDEM, 1985, P. 14), o que difere da concepção de Mandel e Netto, para os quais o Estado foi capturado pelos monopólios que o transformam em “seu Estado”.

Expliquemos melhor: o processo de produção, que constitui a base material da sociedade - conforma uma **unidade** entre forças produtivas e relações de produção, tendo estas últimas a primazia na realização dessa unidade e, portanto, confere a essa relação a forma de **processo** (de produção). Disso decorre a existência de relações políticas e ideológicas no seio das relações de produção, as quais são expressas sob a forma de poderes de classes e que estão presentes, de modo específico, em cada modo de produção.

Dessa forma, como o Estado já está presente na formação dessas relações sociais, desempenha um papel essencial na produção e reprodução das classes sociais, porque não se limita apenas à repressão física. Assim, tem um papel específico na organização das relações ideológicas⁶ dominantes, sendo por elas invadido. Assim,

a dominação política está ela própria inscrita na materialidade institucional do Estado [...] o poder do

6 Para Poulantzas (1985), a ideologia vai muito além de um sistema de ideias e representações. Compreende a materialidade da vida cotidiana das pessoas

Estado (o da burguesia, no caso do Estado capitalista) está inscrito nessa materialidade. Nem todas as ações do Estado se reduzem à dominação política, mas nem por isso são constitutivamente menos marcadas (POULANTZAS, 1985, p. 17, grifos nossos).

Em outros termos, o autor compreende que não há uma relação “natural”, enquanto teoria geral, entre Estado e dominação - que o faz comportar-se como árbitro e monopolizador da arbitrariedade de uma única classe -, embora isso não signifique que as ações desse mesmo Estado não estejam marcadas pela dominação política, uma vez que no capitalismo esse Estado apresenta tais elementos.

O que ocorre, para o autor, é que as relações de forças entre as classes sociais e suas frações são permeadas por contradições que constituem a base material do estado e são condensadas nele. Essa condensação conforma uma unidade do bloco no poder, sob a liderança de uma das forças sociais. Por esse motivo, a ideia de que esse estado terá, necessariamente, a função de dominação política não tem fundamento, pois o Estado age constantemente na produção de um substrato material do consenso entre as massas e o poder por meio de “medidas materiais positivas”. Ou seja, “o Estado também age de maneira positiva, cria, transforma, realiza”, podendo favorecer os interesses da classe operária, ainda que em menor medida, ainda que reflitam concessões impostas pelas lutas dos trabalhadores, ainda que sob o aspecto “ideológico-engodo” (POULANTZAS, 1985).

A possibilidade acima mencionada é real e fora colocada pela ordem capitalista “madura e consolidada” (capitalismo monopolista) que se ampliou no contexto em questão. Quando o capitalismo recoloca em patamares mais altos as suas contradições fundamentais - combinando-as com novas características -, novos processos complexos são deflagrados no sentido de contrariar as consequências⁷ de seu objetivo primário, que é o “acréscimo dos lucros por meio dos monopólios” (NETTO, 2011, p. 21), entre os quais o mais importante é a refuncionalização estrutural do Estado.

Na idade do monopólio, ademais da preservação das condições externas da produção capitalista, a intervenção estatal incide na organização e na dinâmica econômicas *desde dentro*, e de forma contínua e sistemática. Mais exatamente, no capitalismo monopolista, as funções *políticas* do Estado imbricam-

7 Entre suas consequências está a dificuldade de valorização do capital excedente, dada a supercapitalização e o parasitismo, próprios desse modo de produção no estágio monopolista.

se organicamente com as suas funções *econômicas* (IDEM, 2011, p. 25. Grifos do autor).

A mudança no papel do Estado se dá exatamente a partir da integração orgânica entre os aparelhos privados dos monopólios e as instituições estatais como forma de garantir o alcance dos objetivos econômicos do capital a partir do alargamento das funções do Estado de forma contínua e sistemática. Dentro do elenco de suas funções, que é muito amplo, o Estado atua como um instrumento voltado à resolução (ainda que insolúvel) do fenômeno da “supercapitalização”, elemento típico da ordem monopólica.

A supercapitalização corresponde aos capitais excedentes não investidos em razão da dificuldade de valorização do capital como uma característica básica do seu estágio monopolista. Netto (2011) coloca que esse capital excedente toma condições extraordinárias superando a capacidade de resolução.

Quando a mais-valia produzida não é mais suficiente para manter a taxa média de lucro anterior à crise, uma parte do capital recentemente acumulado é retida para atividades financeiras especulativas (MANDEL, 1990), as quais ganham um ambiente propício a partir de então.

O capital financeiro é expresso na fusão entre capital bancário e o industrial – dando origem ao domínio financeiro – devido ao forte processo de concentração e centralização bancárias, subornando as operações comerciais e industriais de toda a sociedade, redundando, assim, na dominação da oligarquia financeira, assumindo, dessa forma, o comando do processo de acumulação. Esse processo tem como marca a especulação de recursos públicos e privados, que encontram na dívida pública sua principal sustentação, uma vez que esta converte os recursos oriundos da produção - através da arrecadação dos tributos – em fontes de investimentos para o capital financeiro, forçando o Estado a reduzir seus gastos com o social, numa hipertrofia das operações financeiras (BERING & BOSCHETTI, 2008).

O desenvolvimento de instituições especializadas, a exemplo dos Fundos de Pensão, é mais um exemplo desse processo, “que faz da centralização dos lucros não reinvestidos das empresas e das rendas poupadas das famílias, principalmente por meio dos planos privados de previdência e da poupança salarial, o caminho de

uma acumulação financeira de grande dimensão” (SALVADOR, 2008).

Importante chamar atenção para o fato que capitalismo não sobrevive através da especulação, mesmo que ela seja dominante na contemporaneidade. As orientações dos organismos financeiros internacionais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BM), para os estados nacionais corroboram com essa assertiva: estes atuam junto aos países periféricos, “orientando-os” como devem proceder para que haja, em caráter mundial, uma política de ajuste estrutural, ancorada no capital financeiro. Tal política tem como norte o redirecionamento do fundo público nacional – fruto do capital produtivo - para a valorização do capital financeiro internacional, sobretudo através do pagamento dos juros e amortizações da dívida pública.

Segundo Yamamoto (2008), o mundo das finanças se apoia em “dois braços”: a dívida pública e o mercado acionário das empresas, com destaque para aquelas de produção destrutiva, a indústria bélica. Entretanto, ressalta a autora, estes só sobrevivem graças aos Estados nacionais com suas políticas monetárias, fiscais e decisões políticas, que avançam veementemente sobre o fundo público, que é fruto tanto do lucro, quanto do trabalho necessário sob a forma de taxas e impostos, sendo o trabalho o mais penalizado.

3 O COMPLEXO INDUSTRIAL-MILITAR E SUA FUNCIONALIDADE À FINANCEIRIZAÇÃO DO CAPITAL

A relação estreita da acumulação capitalista com o viés militarista não é algo novo. Muito pelo contrário, acompanha toda a história do seu modo de produção. Tanto Rosa Luxemburgo quanto Mandel apontam que, na acumulação primitiva do capital, o militarismo “desempenhou um papel determinante na conquista do Novo mundo e dos países produtores de especiarias” (LUXEMBURGO, 1979, p. 399), sendo um dos mais importantes parceiros do capitalismo (MANDEL, 1982) e, acrescentamos, sob a direção do Estado.

Essa importância não diminui ao longo do processo de consolidação do capitalismo,

construindo-se, dessa forma, em “uma arma na concorrência dos países capitalistas, em luta pelo domínio dos territórios de civilização não-capitalista” (LUXEMBURGO, 1970, p. 399). Lenin (2012) também compreende que a guerra seria o resultado das políticas imperialistas de repartição do mundo.

Mészáros (2011) pontua que, apesar de sua importância no início do modo de produção capitalista, é somente após a Segunda Guerra Mundial (1939 - 1945) que a produção militarista é adotada, de forma geral, como “solução” para a superprodução. Nesse contexto, o complexo militar-industrial já existente apresenta-se a partir de um novo dinamismo, sendo, portanto, o verdadeiro fundamento material da expansão do pós-segunda guerra, sendo “as várias estratégias do Keynesianismo [...] complementares à expansão desembaraçada do complexo militar-industrial, em vez de independentemente aplicáveis às condições verdadeiramente produtivas” (MESZAROS, 2011, p. 685).

Baran e Sweezy (1978) apresentam uma série histórica de dispêndio governamental dos Estados Unidos⁸ como forma de demonstrar a tendência cada vez maior do dispêndio para enfrentamento da problemática do capital excedente e de sua importância no giro da produção capitalista, destacando o forte papel da tributação e como esta recai, preponderantemente, na classe trabalhadora, apesar de pontuar que ambas as classes se beneficiam com isso⁹.

O principal dispêndio do governo federal é com “compras para fins de defesa”, que incluem todas as compras de bens e serviços para fins militares, “menos as vendas de equipamentos militares”, que atinge a margem de 10,4% em relação ao Produto Nacional Bruto (PNB), em 1957. “A absorção maciça do excedente em preparativos militares foi o fator chave da história econômica dos Estados Unidos, no pós-guerra” (p. 157)

Segundo Mandel (1982), essa importância do orçamento militar no pós-segunda

8 Importante deixar claro que, apesar de trazermos os Estados Unidos como exemplo, não estamos desconsiderando os demais países, sejam eles de capitalismo central ou dependente. Muito pelo contrário, o fato de usarmos esse país é exatamente por compreendermos sua grande influência em todas as economias capitalistas, estando esses países conectados a ele tanto no plano de suas economias nacionais quanto internacionais. Ou seja, seus desenvolvimentos dependem do papel do complexo industrial-militar no pós-guerra (MESZAROS, 2011).

9 Para eles, o aumento do imposto, que garante o giro do capital e do trabalho ociosos, possibilita geração de emprego e renda, aumentando o escoamento da produção, elevando, portanto, os lucros capitalistas.

guerra é expressa tanto em aspectos quantitativos quanto qualitativos em termos econômicos: a despesa mundial com armamentos passou de 4 bilhões, em 1914, para 13 bilhões, em 1955, expressos em bilhões de dólares-ouro. “Em 1961, a produção de armamentos correspondia a aproximadamente metade dos investimentos brutos de todo o mundo” (MANDEL, 1982, p. 194). Entretanto, ponderando um pouco mais do que Meszários, o autor defende que a economia armamentista contribuiu substancialmente com a longa onda de caráter expansionista, “mas não foi o determinante básico dessa onda” (p. 216).

Como forma de explicar esse processo, o autor supramencionado investiga os efeitos da economia armamentista na economia capitalista tardia a partir da relação entre as dificuldades de desenvolvimento do modo de produção capitalista e esse orçamento militar permanente. Para tanto, ao esquema de reprodução de Marx (departamentos I – meios de produção - e II – bens de consumo), Mandel (1982) acrescenta um terceiro: o departamento III – armas e munições -, o qual

produz mercadorias que **não entram no processo de reprodução dos elementos materiais de produção** [...] e também porque não são intercambiáveis com esses elementos, como acontece, por exemplo, com as mercadorias de consumo absorvidas improdutivamente pela classe capitalista e por aqueles que a servem (p. 195, grifos nossos).

Um grande impasse no processo de reprodução capitalista é a dificuldade de realização que o capital encontra no meio do caminho em razão do crescimento da composição orgânica do capital, expresso pelo fenômeno do capital excedente: o incremento de tecnologias (capital constante) no Departamento I leva à diminuição do capital variável e, por conseguinte, uma diminuição do poder de compra, tornando-o insuficiente para realizar o valor total das mercadorias produzidas no Departamento II, a qual é cada vez maior, dado o aumento da composição orgânica. Nesse sentido, Mandel (1982) assevera que o Departamento III age como um mecanismo para tentar “resolver” essa dificuldade inerente ao modo de produção capitalista e, apesar de não conseguir – dadas as contradições próprias desse modo de produção -, contribui substancialmente para isso, constituindo-se, especialmente, em um poderoso estímulo para a aceleração tecnológica.

Prossegue o autor que não se pode, de maneira alguma, subestimar os efeitos desse setor permanente de armamentos na economia capitalista, uma vez que o

capital não dispõe de outros mecanismos para contrarrestar sua tendência à crise. Dessa forma, “seus efeitos específicos sobre a economia decerto se resolvem finalmente em todos os traços gerais característicos do capitalismo tardio” e “o grande capital mostra uma predileção particular por essa forma de gastos estatais” (MALDEL, 1982, p. 216), uma vez que tem uma função especificamente econômica. A respeito dessa predileção do capitalismo pelos gastos militares, Meszaros (2011) aponta que isso ocorre porque o complexo industrial-militar é o equivalente funcional mais viável ao sistema, uma vez que a sua vigência acompanha a configuração estrutural do capital e mantém e/ou reforça as suas práticas de controle e destruição.

Os efeitos estimulantes da economia pelo militarismo são múltiplos e não podem ser delimitados separadamente, sob pena da análise se mostrar insuficiente e parcial, conforme aponta Dantas (2005). Assim, dentre esses feitos, pontuamos os seguintes:

1. a criação de demanda e a geração de empregos. De acordo com Sweezy (1983), o encolhimento significativo do setor bélico seria desastroso para o capitalismo, inclusive em termos de emprego, pois os gastos governamentais com o militarismo estimulam empregos com significativas remunerações tanto no setor privado quanto na administração pública (estrutura de defesa) que tem como consequência o escoamento do setor de produção.
2. o desenvolvimento da alta tecnologia promovida pela pesquisa bélica e financiada com fundo público estatal, a qual é utilizada pelos departamentos I e II.
3. o militarismo para fins políticos, que permite aos países adentrarem em áreas anteriormente fechadas.
4. as despesas militares levam à destruição das forças produtivas. Talvez seja esse efeito o mais importante, pois ele difere qualitativamente os gastos militares dos demais. Com isso, está-se “remunerando – e muito bem - a destruição de valores, de forças produtivas, num procedimento que cumpre, em alguma medida, a função típica das crises. Além, é claro, de gerarem

demanda ao lançarem poder de compra no mercado” (DANTAS, 2005, p. 09).

Dessa forma, temos uma pluralidade de efeitos que concorrem para estimular a economia frente à crise estrutural contemporânea e que o efeito destrutivo parece o mais importante, isso porque ele permite um deslocamento das forças produtivas para fora do sistema, conforme apontados anteriormente com base em Meszaros (2011). Ainda segundo esse mesmo autor, esse efeito da economia bélica é uma das suas maiores inovações, pois trata de forma equivalente consumo e destruição. Nesse processo, o Estado tem um papel decisivo, especialmente, por se comportar como o principal agente com condições de possibilitar o escoamento da indústria bélica através da criação de fluxos de investimentos constantes. O Estado financia o setor bélico, assim como compra sua produção com significativas remunerações, sempre com taxas de lucro maiores do que qualquer outro setor possa oferecer.

Um desses fluxos encabeçados pelo Estado tem relação direta com a financeirização do capital, dado o consumo, pela indústria bélica, de capital excedente do sistema financeiro. Em outros termos, o Estado atua na mediação entre o complexo industrial-militar e o capital financeiro financeirizado, consubstanciando-se num dos pilares da economia capitalista contemporânea.

O Estado atua como financiador e consumidor da produção de armamentos, “retirando esses produtos do rol da circulação das mercadorias normais” (CHAVES, 2014, p. 14). Para tanto, vai buscar no capital rentista privado os vultuosos créditos para serem gastos com armas, o que contribui para o crescimento do capital parasitário e, por conseguinte, para sua valorização.

Dantas (2005) pontua que, na consecução da crise contemporânea, ao passo que se aumentaram os gastos bélicos, cresceu-se o endividamento dos estados nacionais e o avanço e predomínio do capital financeiro em suas formas mais especulativas, “estabelecendo-se fortes relações políticas promíscuas entre os grandes grupos do capital financeiro e o Estado” (DANTAS, 2005, p. 02).

De acordo com Serfati (2002), as instituições do capital financeiro, com destaque para os fundos de pensão e os mútuos, investem massivamente na indústria armamentista com altas taxas de lucros e com escoamento garantido pelo Estado.

Temos aqui uma questão importante: os fundos de pensão, ao mesmo tempo em que são os principais acionistas da indústria bélica, são os principais credores do Estado através da aquisição dos títulos da dívida pública, o que deixa claro a estreita relação entre Estado, capital financeiro e o complexo industrial-militar.

A sobrevivência do sistema financeiro tem na indústria bélica seu principal alimento, dada a sua natureza destrutiva, que, como vimos, tem a capacidade de assegurar a reprodução do capital, especialmente em tempos de crise, tendo o Estado como mediador.

4 CONCLUSÃO

A partir das reflexões tecidas neste artigo, vislumbramos que o complexo industrial-militar sempre foi importante para a acumulação capitalista, mas é no bojo de sua fase monopolista que este ganha um espaço preponderante, tornando-se uma das suas maiores inovações, pois trata de forma equivalente consumo e destruição.

No capitalismo dos monopólios, o Estado também muda estrutural e funcionalmente, pois é nesse contexto que as contradições fundamentais desse sistema são elevadas a níveis altos, além de apresentarem novas. Aqui, o Estado passa a atuar de forma contínua e sistemática na própria dinâmica do sistema, imbricando suas funções políticas e econômicas, tornando-se, portanto, o principal agente com condições de possibilitar o escoamento da indústria bélica através da criação de fluxos de investimentos constantes, os quais têm relação direta com a financeirização do capital.

Assim, vislumbra-se uma simbiose entre o estado, o capital financeiro e o complexo industrial-militar. O estado funciona, em relação a essa indústria bélica, como uma âncora de sustentação, constituindo-se como um financiador e comprador desse complexo, comportando-se como um mediador entre ela e o capital financeiro.

REFERÊNCIAS

CHAVES, Emanuela Rútila Monteiro. **A crise estrutural do capital e o complexo industrial militar: elementos da destrutividade do capital no complexo da educação**. Dissertação (mestrado acadêmico) – Universidade Estadual do Ceará, Centro de Educação, Programa de Pós- Graduação em Educação, Fortaleza, 2014.

BARAN, Paul A.; SWEEZY, Paul M. **Capitalismo Monopolista – Ensaio sobre a Ordem Econômica e Social Americana**. Trad.: Waltensir Dutra. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1978.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político**. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

DANTAS, Gilson. **O setor bélico norte-americano em sua condição de estímulo econômico: algumas notas para um debate contemporâneo**. In: Colóquio Internacional Marx e Engels, 4, 2005, Campinas. Anais eletrônicos... Campinas: UNICAMP, 2005. 1- 13. Disponível em: . Acesso em: 25 de outubro de 2021.

LENIN, Vladimir Ilitch. **Imperialismo, estágio superior do capitalismo: ensaio popular/ V. I. Lenin. – 1. Ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2012.**

LUXEMBURGO, R., **A acumulação do Capital: Estudo sobre a Interpretação Econômica do Imperialismo**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970.

MANDEL, Ernest. **O capitalismo tardio**. São Paulo: Abril Cultural, 1982

MARX, Karl. **Manifesto Comunista**. São Paulo: Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2003.

MÉSZÁROS, Istevan. **Para além do capital**. São Paulo: Cortez, 2011.

NETTO. J. P. N. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. São Paulo: Ed. Cortez, 2009.

POULANTZAS, Nicos. O Estado, o poder, o socialismo. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985).

SWEEZY, Paul. **Teoria do desenvolvimento capitalista: princípios de economia política marxista**, São Paulo, Abril, 1983.

,
,
,